

## **3º ENCONTRO CONEXÃO MULHERES E ECONOMIA - CM&E**

### **RESUMO EXPANDIDO**

#### **Área Temática: Economia Feminista**

### **ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL: PERÍODO PÓS PANDEMIA**

Bruna Fonseca de Pinho<sup>1</sup>

Blanca Gamarra Lila Morel<sup>2</sup>

Vívian dos Santos Queiroz Orellana<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo compreende uma revisão de literatura da igualdade de gênero no Brasil, após o período da pandemia. A partir de dados relacionados a violência de gênero (meta 5.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS) fornecidos pelo Fórum de Segurança Pública de 2020 a 2022. Diante do exposto, foi possível notar um aumento expressivo nos crimes de gênero no território brasileiro.

**Palavras-chave:** Gênero, Violência, Pandemia.

## **1 INTRODUÇÃO**

De acordo com os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) é necessário focar em diversas áreas para proporcionar melhores condições de vida à população global, dentre estas a inclusão social sem desigualdades. Nesse contexto, em setembro de 2015, 193 países-membros das Nações Unidas criaram uma nova agenda: “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” com 17 objetivos e 169 metas com prazo de janeiro de 2016 a dezembro de 2030. Apesar de ser considerado um plano ávido,

---

<sup>1</sup> Bruna Fonseca de Pinho. Mestranda em Economia Aplicada (PPGE/ FURG). Universidade Federal do Rio Grande. bfonsecapinho@gmail.com.

<sup>2</sup> Blanca Lila Gamarra Morel. Doutora em Economia (PUCRS). Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: blancagamarra@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Vívian dos Santos Queiroz Orellana. Doutora em Economia (UFRGS). Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: viviansq13@gmail.com

Monteiro (2020) explica que a agenda procura diminuir as desigualdades dentro e entre os países promovendo oportunidades que gerem mudanças significativas.

O foco deste estudo é a meta 5.2 do quinto objetivo da ONU que visa a eliminação de todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, acrescentando interseccionalidades brasileiras, como raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas (IPEA, 2019). Sendo assim, surge a importância de analisar os avanços desta meta no período sucessor à pandemia, para promover ações assertivas que combatam a violência de gênero no país.

## **2 MÉTODO**

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo foi realizada uma revisão de literatura. O estudo analisa a meta relacionada à igualdade de gênero no cenário pós pandemia sob a violência de gênero. Os dados utilizados são do Fórum de Segurança Pública dos anos de 2020, 2021 e 2022.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Brasil possui 14 indicadores para avaliar a ODS 5, mas muitos ainda não possuem dados. Os indicadores são uma importante ferramenta para analisar o andamento das metas (IBGE, 2022). O Relatório Luz (GT Agenda 2030) explica que os resultados negativos dos ODS no Brasil foram intensificados pelo impulsionamento das desigualdades.

A meta 5.2 trata a respeito da violência de gênero e apesar de sua importância para uma análise detalhada de combate à desigualdade de gênero, o indicador desta meta não possui dados, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dificultando a análise sobre o avanço dessa meta no país. Conforme o GT Agenda (2023), esta meta está em retrocesso desde a primeira edição do Relatório Luz em 2017, em virtude da escassez de dados.

Segundo o Fórum de Segurança Pública (2021) no primeiro ano da pandemia os casos de violência doméstica e sexual aumentaram. Os chamados de violência doméstica atingiram 1

a cada minuto em 2020, com mais de meio milhão de denúncias telefônicas. O número de MPUs (Medidas Protetivas de Urgência) atingiu 294.440. Os registros de feminicídio atingiram mais mulheres entre 18 e 44 anos (74,7%) e negras (61,8%), mortas em grande parte por companheiros e ex-companheiros (81,5%), seguido por outros parentes (8,3%). Os estados que apresentaram maiores taxas de feminicídio por 100 mil mulheres foram Mato Grosso (3,6), Mato Grosso do Sul (3) e Acre (2,7), enquanto as menores taxas foram registradas no Ceará (0,6), Rio Grande do Norte (0,7) e São Paulo (0,8). Em 2020, a maior parte das vítimas morreram em residências, seguido por outros e via pública, onde o pico de incidência foi no período noturno.

Os dados a respeito da violência sexual demonstram que em 2020 houve 60.460 estupros, onde 86,9% das vítimas foram mulheres. A maioria das vítimas (85,2%) foram atacadas por um conhecido. Os resultados mostram que 73,7% das vítimas eram vulneráveis, cerca de 60,65% tinham faixa etária de até 13 anos. Os estados que apresentaram as maiores taxas de estupro foram Mato Grosso do Sul (68,9), Roraima (66,9) e Paraná (52,0). Os registros de violência contra a população LGBTQI+ tiveram um aumento entre 2019 e 2020 de 20,9% nos casos de agressões e 24,7% nos casos de homicídios por estados. Ainda há uma defasagem nos dados a respeito dos crimes violentos em virtude da orientação sexual. O mesmo aconteceu para os casos de racismo que aumentaram em 29,8%. O estado do Rio Grande do Sul foi o que apresentou o maior número de casos de racismo.

Os dados do Fórum de Segurança Pública (2022) para o ano de 2021 demonstram que houve crescimento da violência contra a mulher. Foram registrados 230.861 casos de agressões por violência doméstica e 597.623 por ameaças. Foram concedidas 370.209 mil MPUs. O feminicídio atingiu 68,7% das mulheres entre 18 e 44 anos e 62% dessas mulheres eram negras. Os responsáveis pelo crime foram companheiros/ex-companheiros (81,7%) e outros parentes (14,4%). Cerca de 65,6% das vítimas foram mortas nas suas residências. Os três estados que tiveram a maior taxa de feminicídio foram Acre, Mato Grosso do Sul e Tocantins (2,6), seguidos por Mato Grosso (2,4) e Piauí (2,2), já os com menores taxas foram São Paulo (0,6), Ceará (0,7), Amapá e Rio de Janeiro (0,9). O surgimento de novos casos de perseguição (*stalking*)

também marcaram 2021, ano em que as medidas de restrição à *Covid-19* foram mais amenizadas devido ao surgimento da vacina.

Em 2021 foram registrados 66.020 estupros, onde 88,2% foram do sexo feminino. A maioria das vítimas (79,6%) foram atacadas por um conhecido. Os resultados mostram que 75,5% das vítimas eram vulneráveis e 61,3% tinham até 13 anos. As maiores taxas de estupro foram registradas em Mato Grosso do Sul (68,9), Roraima (66,9) e Paraná (52,0). Os registros de violência contra a população LGBTQI+ tiveram um aumento expressivo. A taxa de estupro atingiu 88,4%. Os casos de agressões atingiram 35,2% enquanto os de homicídios, 7,2%. Neste novo relatório nota-se a implementação de dados a respeito de vítimas de estupro por causa da orientação sexual. Os casos de racismo também aumentaram, em 31%. O Rio Grande do Sul manteve-se com o maior número de casos de racismo.

O ano de 2022 teve o maior registro de estupros da história de pesquisas do Fórum de Segurança Pública (2023). Foram 74.930 vítimas, representando um crescimento de 8,2% em relação a 2021. Deste total, 56.820 foram estupros de vulnerável, onde a maioria das vítimas foram mulheres (88,7%) e negras (56,8%). As principais vítimas foram crianças na faixa etária de 0 a 13 anos (61,4%). Os locais onde mais aconteceram as agressões foram nas residências (68,3%) e vias públicas (9,4%), realizados por conhecidos (86,1%) e familiares (64,4%). Os dados sobre racismo mostram que o Rio Grande do Sul apresentou a maior taxa. Quanto aos casos de agressões e estupro, os estados com mais casos foram Pernambuco, Minas Gerais e Ceará. Já os registros de homicídio ocorreram em Pernambuco, Ceará e Alagoas.

A violência contra a mulher também cresceu. Foram registradas 245.713 agressões por violência doméstica e 613.529 ameaças. Foram concedidas 445.456 MPUs. O feminicídio atingiu 71,9% das mulheres entre 18 e 44 anos e 61,1% dessas mulheres eram negras, mortas por companheiros (53,6%), ex-companheiros (19,4%) e pessoas da família (10,7%). A cada 10 mulheres, 7 foram mortas dentro de suas casas. Os três estados que tiveram a maior taxa de feminicídio foram Roraima (3,1), Mato Grosso do Sul (2,9) seguido por Acre e Mato Grosso (2,6). Já os com menores taxas foram São Paulo (0,6), Ceará (0,7), Amapá e Rio de Janeiro (0,9), enquanto os estados com menores taxas foram Ceará (0,6), Rio Grande do Norte e São

Paulo (0,9) e Roraima (1,0). Os registros de *stalking* também aumentaram para 56.560 em 2022.

É possível notar que após a pandemia, os casos de violência doméstica e estupro, onde muitas das vítimas foram mulheres e crianças aumentaram. Este é um resultado alarmante, pois mostra como a meta de redução de violência de gênero contra todas as mulheres e meninas está em completo retrocesso. A desigualdade racial e sexual também mostra o descaso do país com estas parcelas da população à medida que registros de racismo crescem todos os dias, e dados referentes aos LGBTQI+ não são coletados de maneira suficiente para atender este grupo que também sofre discriminação racial e de gênero em conjunto com a de orientação sexual.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os crimes relacionados ao gênero cresceram expressivamente no país. Alguns desses resultados podem ser explicados pelo retorno da circulação da população, mas sobretudo pela desigualdade social e de gênero do país. Portanto, é necessário criar indicadores específicos para analisar essas situações, para que políticas públicas eficazes possam ser acionadas para atingir não somente esta meta, mas as demais metas pertencentes ao ODS 5.

#### **REFERÊNCIAS**

- Fórum de Segurança Pública.** Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/>> Acesso em: 20 out. 2023.
- GT AGENDA 2030. **Relatório Luz 2023.** Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-do-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil-2023/>>. Acesso em: 22 out. 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Brasileiros para ODS.** Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ODS 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas: o que mostra o retrato do Brasil?** Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190905\\_cadernos\\_ODS\\_objetivo\\_5.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190905_cadernos_ODS_objetivo_5.pdf)> Acesso em: 23 out. 2023.
- MONTEIRO, B.R. Indicadores de monitorização e desempenho nas unidades de saúde familiar e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na saúde (ODS 3): uma análise comparada em Portugal no período de 2013-2018. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(4):1221-1232, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/MJHfV8rxXRPPDPxGDkRysFw/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 10 out. 2023.